



Câmara Municipal de Marechal Floriano  
Protocolado Sob nº 0598  
Em 09.04.08  
H. Pereira  
PREFEITO

## Prefeitura Municipal de Marechal Floriano ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI MUNICIPAL Nº 782, DE 31 DE MARÇO DE 2008.

**“FICA CRIADO O CONSELHO  
MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE COMMA DE  
MARECHAL FLORIANO”.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARECHAL  
FLORIANO, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono  
a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica criado o Conselho Municipal de Meio Ambiente de  
Marechal Floriano - COMMA, órgão colegiado, consultivo, deliberativo, normativo,  
paritário e tripartite, com competência para:

- I- articular e integrar as ações e atividades ambientais desenvolvidas no Município pelos órgãos e entidades diversas, municipais, estaduais, federais e/ou não governamentais, quando necessários;
- II- articular e integrar ações e atividades ambientais intermunicipais, favorecendo quaisquer instrumentos de cooperação;
- III- identificar e caracterizar os ecossistemas do Município, definindo as funções específicas de seus componentes, as fragilidades, as ameaças, os riscos e os usos compatíveis;
- IV- compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico, visando assegurar as condições da sadia qualidade de vida do bem-estar da coletividade;
- V- controlar a produção, extração, comercialização, transporte e o emprego de materiais, bens e serviços, métodos e técnicas que comportem risco para a vida ou comprometam a qualidade de vida e o meio ambiente;



## Prefeitura Municipal de Marechal Floriano ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- VI- estabelecer normas, critérios e padrões de emissão de efluentes e de qualidade ambiental, bem como normas relativas a uso e manejo de recursos ambientais, naturais ou não, adequando-os, permanentemente, em face da lei, de inovações tecnológicas e de alterações decorrentes da ação antrópica ou natural;
- VII- criar instrumentos e condições que propiciem o desenvolvimento da pesquisa e a aplicação da melhor tecnologia disponível para a constante redução dos níveis de poluição e o uso racional dos recursos ambientais;
- VIII- preservar e conservar as áreas protegidas no Município;
- IX- prover sobre os meios e condições necessários ao estímulo para a preservação, conservação, melhoria e recuperação ambientais, incluindo incentivos fiscais, subvenções especiais, bem como o estabelecimento, na forma da lei, de mecanismo de compensação para prevenir e atenuar os prejuízos coletivos decorrentes de ações sobre o meio ambiente;
- X- estabelecer meios indispensáveis à efetiva imposição ao poluidor, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados ao meio ambiente, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas e penais cabíveis;
- XI- fixar, na forma da lei, a contribuição dos usuários pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos;
- XII- exercer, sob todas as formas, o poder de polícia administrativa, para condicionar, passiva ou ativamente e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da manutenção do equilíbrio ecológico, essencial à sadia qualidade de vida;
- XIII- criar espaços territoriais especialmente protegidos, sobre os quais o Poder Público fixará as limitações administrativas pertinentes, e unidades de conservação, objetivando a preservação, conservação, melhoria e recuperação de ecossistemas caracterizados pela importância de seus componentes representativos;
- XIV- promover a educação ambiental na sociedade e na rede de ensino municipal;
- XV- promover o zoneamento ambiental.



## Prefeitura Municipal de Marechal Floriano ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**Parágrafo Único** – Considera-se Poder de Política Administrativa, para efeito desta Lei, a atividade da administração pública municipal que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula ou impõe a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público, concernente à segurança, conservação, preservação e restauração do meio ambiente e à realização de atividades econômicas dependentes de concessão, licença ou autorização do Poder Público Municipal, no que diz respeito ao exercício dos direitos individuais e coletivos, em harmonia com o bem-estar e melhoria da qualidade de vida.

**Art. 2º** – O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente terá a seguinte composição:

- I- O Secretário Municipal de Meio Ambiente, que é também presidente do Conselho;
- II- Um representante do Poder Legislativo designado pela Câmara Municipal de Marechal Floriano.
- III- Um representante da Polícia Militar Ambiental;
- IV- Um representante das organizações populares e comunitárias sediadas no Município;
- V- Dois representantes da associação de comércio, clubes, serviços e sindicatos do Município.
- VI- Três representantes de empreendedores do Município, à escolha do Prefeito Municipal.

**Parágrafo 1º**- O COMMA será presidido pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente que tem direito de voto em caso de empate nas decisões.

**Parágrafo 2º** - Os membros do COMMA, e seus respectivos suplentes serão indicados pelas entidades nele representadas, com exceção dos representantes previstos no inciso VI deste artigo, e designados por ato do Prefeito Municipal, para mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução por uma vez.

**Parágrafo 3º** - O mandato para membro do COMMA será gratuito e considerado serviço relevante para o Município.

**Art. 3º** - O COMMA poderá dispor de comissões especializadas como



## Prefeitura Municipal de Marechal Floriano ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

órgãos de apoio técnico às suas ações consultivas, deliberativas e normativas.

**Art. 4º** - O presidente do COMMA, de ofício ou por indicação dos membros das Comissões Especializadas, poderá convidar dirigentes de órgãos públicos, pessoas físicas ou jurídicas, para esclarecimentos sobre matéria em exame.

**Art. 5º** - O COMMA manterá intercâmbio com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais.

**Art. 6º** - O COMMA, a partir de informação ou notificação de medida ou ação causadora de impacto ambiental, diligenciará para que o órgão competente providencie sua apuração e determine as providências cabíveis.

**Art. 7º** - A estrutura necessária ao funcionamento do COMMA será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

**Art. 8º** - Os atos do COMMA são de domínio público e serão amplamente divulgados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

**Art. 9º** - A presente lei será regulamentada pela Prefeitura, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias de sua publicação.

**Art. 10-** Até o prazo de 30 (trinta) dias após a sua instalação, o COMMA elaborará seu Regimento Interno, que deverá ser homologado por decreto municipal.

**Art. 11** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 12** - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Marechal Floriano, 31 de março de 2008.

  
ELIAS KIEFER  
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Marechal Floriano  
SANCIONA A PRESENTE LEI  
QUE RECEBE O Nº 782 / 2008  
EM 31/03/2008  
PREFEITO MUNICIPAL